



RIO DE JANEIRO

AS A GLOBAL
FINANCIAL
CENTER

VIRGÍLIO
GIBBON

ORGANIZAÇÃO



APOIO



ACRio





| SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	PÁG. 4
01 INTRODUÇÃO	PÁG. 5
02 O RIO DE JANEIRO COMO CENTRO FINANCEIRO: VOCAÇÃO E OPORTUNIDADES	PÁG. 11
03 A CONSTRUÇÃO DE UM LINK ENTRE O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS E OS MERCADOS FINANCEIROS	PÁG. 14
3.1 O MERCADO DE OPÇÕES COMO LINK ENTRE O MERCADO DE CARBONO E O MERCADO FINANCEIRO	
3.2 O MERCADO DE COTAS DE RESERVA AMBIENTAL	
04 O RIO DE JANEIRO COMO CENTRO DE UM NOVO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL COMPLEMENTAR	PÁG. 24
05 CONCLUSÕES	PÁG. 30

RESUMO EXECUTIVO

O presente trabalho sugere o lançamento do Rio de Janeiro como centro de um Novo Sistema Financeiro Internacional Complementar, voltado para o financiamento de projetos sustentáveis.

O trabalho afirma que, ao contrário do que ocorreu na década de oitenta, quando a crise econômica encontrou a cidade em um grave processo de redução dos níveis de atividade em diversos setores, e que acabou resultando na transferência do mercado financeiro para São Paulo, a atual crise conjuntural não afetou significativamente as perspectivas de investimento no Rio de Janeiro, em função da cidade ter sido escolhida como sede de dois grandes eventos internacionais: A Copa do Mundo e as Olimpíadas, que geraram uma verdadeira revolução em termos de obras de reurbanização.

O trabalho cita ainda os vultosos investimentos que vinham sendo feitos em função do Pré-Sal e que, embora em menor escala, deverão continuar a ser realizados, criando grandes oportunidades para o desenvolvimento de serviços financeiros, notadamente na área de resseguros, que atravessam uma

fase de grande expansão e aumento de eficiência em decorrência do processo de abertura à participação do capital estrangeiro, apresentado pelo setor.

O trabalho apresenta ainda mecanismos inovadores que poderão servir de links entre os mercados de ativos ambientais e os mercados financeiros tradicionais, dando início às atividades da nova Bolsa de Valores Ambientais BVRio, recentemente implantada na cidade.

Finalmente, o trabalho se refere a uma proposta inovadora, apresentada por ocasião da Rio+20, de criar uma moeda, lastreada em títulos da dívida pública americana, voltada exclusivamente para o financiamento de projetos sustentáveis, em nível global. E sugere a implantação de dois relevantes projetos piloto, na cidade do Rio de Janeiro, como forma de demonstrar a viabilidade do mecanismo e que serviriam para ancorar a idéia central do trabalho de transformar o Rio de Janeiro na sede de um Novo Sistema Financeiro Internacional Complementar, voltado para o financiamento de projetos sustentáveis.

01 | INTRODUÇÃO

Crises conjunturais tendem a concentrar a atividade econômica ao redor de centros onde ela já é historicamente mais expressiva. Como consequência, o mercado financeiro, sobretudo os mercados organizados, tendem a se aglutinar nesses mesmos centros, pois se beneficiam do maior nível de liquidez que essa atividade econômica concentrada propicia. Esta foi, sem dúvida, uma das principais causas do esvaziamento do mercado financeiro no Rio de Janeiro, e da hegemonia conquistada por São Paulo, a partir da década de oitenta.

De fato, nos anos oitenta, embora o Rio ainda fosse o centro financeiro do País, as sucessivas crises e planos econômicos mal sucedidos reduziram significativamente sua vitalidade e a transferência de empresas e de instituições financeiras para São Paulo se tornou freqüente.

No cenário internacional, vivíamos um contexto de globalização acelerada, mas a economia brasileira dava apenas seus primeiros passos para se inserir nesse processo. As soluções vislumbradas para revitalizar o Rio de Janeiro, que naquela época era o centro financeiro do País, visaram criar as condições para inserir a economia brasileira no novo cenário internacional que prometia fartura e crescimento.

Em termos de mercado financeiro, a providência adotada foi implantar mecanismos que permitissem operar em um ambiente de flutuações globais de taxas de juros, de taxas de câmbio e de índices de bolsa. Essa foi a razão da implantação, na década de oitenta, dos mercados futuros e de opções de ativos financeiros no Brasil.

O Rio de Janeiro foi pioneiro nessa iniciativa com a criação da Bolsa Brasileira de Futuros e a implantação da primeira Clearing House independente, administrada pela International Commodities Clearing House - ICCH - de Londres. A instabilidade conjuntural, naquela época, entretanto, ao concentrar ainda mais as atividades econômicas, atraiu a liquidez desses mercados para São Paulo, a reboque de uma simultânea e maciça transferência dos centros de decisão das principais instituições financeiras para aquela cidade.

Sob esse prisma, repensar o Rio como um Centro Financeiro Internacional, em meio à crise atual, pode, à primeira vista, parecer extemporânea ou inoportuna. Porém, a crise atual tem algumas características distintas, se insere em um contexto internacional totalmente novo e encontra o Rio de Janeiro em uma fase de profunda transformação e revitalização urbana.

Essa fase de transformação e revitalização do Rio de Janeiro é marcada pelo destaque da cidade em alguns setores estratégicos, como a indústria do petróleo, energia (diversas matrizes), turismo, telecom, resseguros, etc. que fazem com que o Rio se repositone naturalmente como um grande centro econômico e financeiro internacional.

Hoje, a crise econômica, como dissemos, tem algumas características distintas. Além do desajuste fiscal que quase sempre caracteriza as crises conjunturais, a atual crise apresenta um caráter estrutural mais complexo que dependem não só de reformas profundas na esfera política, mas, sobretudo, de uma nova forma de se direcionar o desenvolvimento – que exigirá um novo relacionamento entre o Estado e o mercado. De fato, estamos assistindo a uma significativa mudança de mentalidade que, paralelamente a uma revisão dos valores éticos, exige, também, uma maior preocupação com os aspectos de sustentabilidade social e ambiental, como pré-condição para a atração de novos investimentos.

Na esfera internacional, por sua vez, ainda há preocupações com a nossa inserção no processo de globalização. Nesse sentido, o aperfeiçoamento de mecanismos e com a criação de mercados que permitam redirecionar os fluxos de capitais para o financiamento de atividades compatíveis com um processo de desenvolvimento sustentável se fazem fundamentais. O Brasil ainda é uma das economias mais fechadas do mundo, se comparado com seus pares no G20. Esse perfil tem impactado não apenas na posição do Brasil em relação ao comércio internacional, mas também nos fluxos de capitais.

Finalmente, a diferença mais significativa entre a fase atual e a que prevalecia na década de oitenta, é que, mesmo com o Brasil atravessando uma crise conjuntural grave, O Rio de Janeiro vive um período de expressiva revitalização urbana, em decorrência da realização, na cidade, de dois sucessivos eventos de repercussão internacional como a recente Copa do Mundo e a futura realização das Olimpíadas.

Em função desses eventos, o Rio de Janeiro está sofrendo uma profunda modernização urbana, com obras que atingem não apenas diversos modais de transporte, como o transporte aéreo, ferroviário, metroviário e rodoviário, mas também o sistema viário, com alargamentos de ruas e avenidas, a reurbanização de espaços públicos, investimentos em modernização do controle de tráfego, na preservação do meio ambiente e do patrimônio natural, na recomposição da cobertura vegetal, além de obras de esgotamento sanitário e drenagens para recuperação dos sistemas lacunares e da Baía da Guanabara.

Dentre esses investimentos, vale destacar a modernização do Aeroporto Internacional, a implantação de novas linhas de Metro, que unirão a Zona Sul com a Barra da Tijuca; a construção de duas novas grandes artérias de tráfego de superfície como a Transolímpica e a Transcarioca, com vias expressas para o BRT (Bus Rapid Transit); a duplicação do elevado que une São Conrado à Barra da Tijuca; a derrubada da Perimetral, que faz parte de uma ampla revitalização da área portuária, além da implantação do VLT (veículo leve sobre trilhos) cujas linhas já começam a ficar prontas e deverá estar operacional em 2016.

Paralelamente às obras de infra-estrutura, saneamento, preservação ambiental e na malha viária, a cidade também passa por um período de ace-

lação em outros ramos da construção civil, não só de pólos e estádios esportivos que abrigarão os atletas e sediarão os jogos nas olimpíadas, mas também no setor de hotelaria onde a oferta de novos quartos deverá, até o fim de 2015, ultrapassar a meta olímpica de 48 mil acomodações. Estima-se que, até os jogos de 2016, esse número aumente para 51,1 mil quartos, distribuídos por 70 novos hotéis, sendo 7 de cinco estrelas e 25 de quatro estrelas¹.

Esse dinamismo decorrente dos preparativos para as Olimpíadas já encontrou a cidade em uma fase de prosperidade que se iniciou com os investimentos para a exploração do pré-sal, para a implantação de refinarias de petróleo, de termelétricas a gás e para a recuperação da indústria de construção naval. Embora esses investimentos tenham sofrido recentemente um corte substancial em função da crise da PETROBRAS, muitos projetos, embora revistos, deverão ter assegurada a sua continuidade e é lícito esperar que os royalties do petróleo também devam seguir apresentando crescimento no futuro, pois mesmo com a revisão na Lei que regulamenta sua partilha, o bolo de receita deverá continuar crescendo na medida em que o volume produzido aumente, sobretudo a partir dos novos poços a serem explorados sob regime de concessão.

Aliás, muitos desses poços ainda não foram sequer licitados, o que permite prever a continuidade de investimentos no setor e, conseqüentemente, a necessidade de seguros e resseguros para garantir a viabilidade dessas iniciativas, tanto de performance, para a implantação dos novos projetos e produção de equipamentos, quanto para cobertura dos riscos associados à própria operação, dentre os quais se incluem expressivos riscos de sinistros ambientais.

No entanto, é importante enfatizar que a crise atual atinge não apenas as operações da Petrobras, mas também a capacidade de se obter financiamentos. Há neste momento um cenário desfavorável para a indústria global de petróleo em função dos preços mais baixos. Esse cenário resultará em maior cautela em relação a riscos e mais competição para obter recursos, cada vez mais escassos.

Quanto aos sinistros ambientais, é importante verificar um processo recente de abertura do setor, com a quebra de monopólio de resseguros do IRB e a crescente participação de seguradoras estrangeiras poderão

¹ Para uma descrição abrangente de todas as obras que estão sendo realizadas na cidade, ver Plano de Legado Urbano: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91237/c5b934c7-5e-57-43c4-9e9a-1a2c43f0cbc2>

encontrar, no Rio de Janeiro, um nicho adequado à contratação dessas coberturas de risco, em função da sua localização privilegiada junto às reservas de petróleo e gás do pré-sal e o expressivo volume de obras de infra-estrutura urbana. Entretanto esse não é um tema que seja restrito ao Rio de Janeiro. O tema da infra-estrutura no Brasil tem ganhado contornos de prioridade na agenda política nacional.

Com efeito, a abertura no setor de resseguros, que teve início com a Emenda Constitucional 13 de 1996 e que foi regulamentada pela Lei complementar 126 de janeiro de 2007, já acarretou significativas transformações no setor, como a queda nos preços do resseguro, aproximando-os dos níveis praticados no mercado internacional, a melhoria na eficiência e na qualificação técnica das resseguradoras, corretoras e seguradoras em geral, a melhoria na gestão de risco e a ampliação das linhas de produtos de seguro existentes no Brasil.

Espera-se que com a recente regulamentação do processo de abertura do setor, através da Resolução 322 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, que estabelece a cronologia dos percentuais de transferência de prêmios para empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, sediadas no exterior, e também os percentuais decrescentes de oferta preferencial a resseguradoras locais, o processo de abertura do setor se consolide de forma gradativa e segura, permitindo e ampliando a atração de investimentos estrangeiros através de instituições de “rating” elevado.

Os fatos acima mencionados, por si só, mostram claramente como o Rio de Janeiro atravessa uma fase de revitalização, ao contrário do que ocorreu na década de oitenta. E esta fase apresenta ainda, como principal característica, o fato de ser motivada, principalmente, por eventos que colocarão o Rio, novamente, no foco das atenções mundiais. Aliás, esta parece ser indiscutivelmente uma de suas vocações naturais e, não por acaso, a cidade foi escolhida em 1992 para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) e que resultou na Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC). Mais recentemente, o Rio de Janeiro também foi a sede da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio + 20.

De forma mais abrangente, os fatos acima mostram que o modelo econômico brasileiro passa por um lento processo de transição. Depois das reformas liberais dos anos 90, houve quase uma década de intervenção crescente do Estado na economia. De poucos anos para cá, o custo político e econômico dessa propensão ao dirigismo se elevou. Diante da necessidade de revitalizar a economia para atender as demandas crescentes da nova classe média, o governo começa a repensar sua relação com a economia. Desse modo, o que vemos é o início de um ciclo gradual de políticas econômicas mais liberalizantes, condições necessárias para que o país reencontre o rumo do crescimento econômico sustentado e sustentável.

Talvez por sua natureza privilegiada, mas também pelo caráter inovador que sempre pautou as iniciativas que protagonizou, o Rio de Janeiro construiu uma imagem fortemente associada à preservação ambiental e este aspecto constitui um forte argumento a favor do tema deste trabalho, de se pensar na oportunidade de se implantar no Rio de Janeiro um Centro Financeiro Internacional Especializado, capaz de canalizar recursos para uma economia de baixas emissões e para o financiamento de projetos sustentáveis.

Essa idéia encontra eco no atual cenário das preocupações internacionais, que, como dissemos anteriormente, não mais estão voltadas para o processo de globalização, como na década de 80, mas á procura de um novo modelo de desenvolvimento que seja capaz de conciliar crescimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais, em nível global.

Prova desta afirmação é a grande expectativa em torno da Conferência das Partes (COP 21), que será realizada em Paris, no final deste ano, quando, se espera, devam ser estabelecidas novas metas para redução de emissões de gases do efeito estufa.

Para se ter uma idéia clara da viabilidade de se implantar, no Rio de Janeiro, um Mercado Financeiro, voltado para o Desenvolvimento Sustentável, na segunda parte deste trabalho, serão analisadas algumas iniciativas que já vêm sendo tomadas e se procurará explicitar como elas se coadunam com as oportunidades, problemas e soluções que atualmente constituem o foco das discussões no cenário internacional.

02

O RIO DE JANEIRO

COMO CENTRO FINANCEIRO: VOCAÇÃO E OPORTUNIDADES

As expectativas sobre resultados da próxima COP 21, que será realizada no final do ano em Paris, têm provocado um sentimento ambíguo no mercado de carbono e que já se faz sentir nas decisões da economia tradicional. Pelo lado da oferta de créditos de carbono, isto é, pelo lado dos agentes econômicos envolvidos com a implantação de projetos que geram reduções de emissões, há uma forte esperança de que as novas metas ajudem a recuperar o nível das cotações e, conseqüentemente, viabilizem seus projetos. Pelo outro lado, isto é, pelo lado da demanda, ou seja, pelo lado das empresas que emitem CO₂, o sentimento é de apreensão, pois uma elevação do preço das toneladas de CO₂ pode obrigá-las a rever seus processos de produção e, em muitos casos, a suspender ou revisar novos projetos, em função do aumento dos custos.

Esse contexto de incerteza, que já se prolonga a vários anos, deverá ainda perdurar, mesmo após a reunião de Paris, pois o mercado não se ajusta instantaneamente e, além disso, sofre também com outras indefinições, de caráter regulatório, que podem afetar a oferta e a demanda por créditos.


De fato, a oferta de créditos poderá sofrer grande variação dependendo da aceitação, ou não, dos créditos oriundos dos projetos de combate ao desmatamento, o que vem sendo regulamentado, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no âmbito de governos subnacionais.

Essa incerteza regulatória, bem como a indefinição das metas, tem prejudicado o andamento de projetos de Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal- REDD-, tanto privados como os de abrangência jurisdicional, que se ressentem da falta de uma fonte contínua de suprimento de recursos para assegurar a sua continuidade.

Esses argumentos servem para ilustrar a oportunidade de se implantarem mecanismos de mercado que sirvam para assumir posições defensivas em contexto de incerteza; para assumir compromissos de compra e venda de créditos de carbono para liquidação futura e, ainda, para se construírem fluxos de recebíveis passíveis de serem descontados no mercado financeiro, como forma de assegurar, no presente, a disponibilidade de recursos que assegurem a continuidade dos projetos ambientais em andamento.

Esse primeiro conjunto de oportunidades, em termos de novas modalidades operacionais, constitui o cerne dos esforços e estudos que vêm sendo realizados, no âmbito internacional, como o “Unlocking Forest Finance” e “Unlocking Forest Bonds” protagonizados pelo Global Canopy Programme e pela Forest Trends e que têm, por objetivo, criar um link entre o mercado de carbono e os mercados financeiros tradicionais para assegurar a implantação e/ou a continuidade de projetos de Reduções de Emissões.

Em consonância com esse esforço internacional e antecipando essas oportunidades operacionais, a Bolsa de Ativos Ambientais a BVRio, implantada no Rio de Janeiro, assinou, em dezembro último, por ocasião da COP 20, em Lima, no Peru, um memorando de entendimentos com a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais -CDSA-, do Governo do Acre, no sentido de implantar o primeiro mercado de opções, tanto de Compra como de Venda, de Créditos de Carbono oriundos de um projeto jurisdicional de REDD, cujo funcionamento deverá ser anunciado na reunião da ONU de Paris, no fim do ano.



Recursos para esse incipiente mercado poderão originar-se, sobretudo no que diz respeito às Opções de Venda, não apenas de Governos Estrangeiros que têm atuado como doadores de recursos, como também de Fundos de Investimentos geridos por organismos multilaterais, a exemplo do que já vem sendo feito pelo “The Pilot Auction Facility for Methane and Climate Change Mitigation (PAF)” do Banco Mundial, que vem leiloando opções de venda de créditos de carbono para viabilizar a implantação de projetos de redução de emissão de metano. Opções de Compra, por sua vez, deverão encontrar demanda, por exemplo, de empresas privadas do setor de Óleo e Gás e do setor de Aviação, que já manifestam interesse por mecanismos de proteção contra uma eventual elevação nas cotações dos créditos de carbono. Este assunto, entretanto, em função de sua complexidade, merece ser tratado com mais profundidade, em um tópico específico, a fim de que se compreenda com exatidão qual o seu propósito e de que forma ele pode contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento de sustentável, tanto na esfera doméstica, como na internacional.

03

A CONSTRUÇÃO

DE UM LINK ENTRE O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS E OS MERCADOS FINANCEIROS

No que diz respeito às mudanças climáticas, a implantação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável requer um longo período de transição, em que processos produtivos tradicionais vão, aos poucos, sendo substituídos por outros que adotam tecnologias mais avançadas e menos emissoras de gases do efeito estufa. Essa mudança tecnológica nos processos produtivos representa, pelo lado das empresas emissoras, um grande esforço de adaptação de forma que elas possam se adequar às metas de reduções de emissões estabelecidas nos compromissos nacionais ou nos acordos internacionais. Por outro lado, surge, também, a necessidade de fluxos de capital para financiar novos investimentos, tanto nas empresas que estão se adaptando às novas tecnologias, como para a implantação de novos projetos que já incorporem tecnologias e/ou processos produtivos de baixa emissão.

Os mercados de crédito de carbono têm uma dupla finalidade: ao possibilitar que as empresas emissoras possam adquirir esses créditos das empresas que os geraram, esses mercados permitem que as empresas

emissoras possam atingir suas metas de redução de emissão a um menor custo, na medida em que os créditos de carbono sejam mais baratos do que as multas impostas ou menores do que o custo marginal da redução de emissão. Por outro lado, geram um fluxo de receita adicional para as empresas que vendem seus créditos, o que aumenta a rentabilidade dos projetos que apresentam níveis de emissão inferiores aos estabelecidos pelas metas. Os mercados de créditos de carbono, portanto, tornam mais eficiente o processo de transição, na medida em que, não só reduz o impacto recesivo que os custos de adaptação impõem às empresas emissoras, como ajudam também a sinalizar positivamente a alocação de recursos, ao aumentarem a rentabilidade dos novos projetos que apresentam níveis de emissão abaixo das metas estabelecidas.

Entretanto, esses mercados apenas permitem reduções de custo de adaptação das empresas emissoras ou aumento da rentabilidade dos projetos que incorporam as novas tecnologias, na medida em que aumentam os seus fluxos de receita. Eles, mesmo quando funcionando plenamente, não fornecem o capital necessário aos investimentos. Os recursos para financiar os investimentos necessários tanto à adaptação quanto à implantação dos novos projetos têm que se originar do mercado de capitais ou dos mercados financeiros. Este assunto será abordado na última seção deste trabalho. Porém, na atual fase de indefinição dos mercados de carbono, eles nem sequer conseguem monetizar, a preços adequados, os créditos de carbono existentes, oriundos de projetos já implantados, o que gera a necessidade de criação de novos mecanismos que permitam estabelecer um link entre os mercados de carbono e os mercados financeiros.

O mercado financeiro do Rio de Janeiro, apesar do esvaziamento que sofreu na década de oitenta, manteve um nicho de instituições altamente capacitadas e criativas. De fato, permaneceram e proliferaram, no Rio, bancos de investimentos e empresas de “asset management” com quadros de excelente qualificação. Essas boutiques de investimento se especializaram no desenho de operações estruturadas, na calibragem dos níveis de risco e no enquadramento de “ratings” de ativos financeiros e de fundos de investimento, bem como na estruturação e gestão desses fundos.

O Rio possui, portanto, todas as condições para desenvolver e implantar o link que parece estar faltando para fazer com que os recursos disponíveis nos mercados financeiros, tanto doméstico, como internacional, possam fluir, nesta fase de indefinição, para o incipiente mercado de ativos ambientais que a BVrio está desenvolvendo.

Para entendermos esta oportunidade, entretanto, é preciso, primeiro, classificar os diversos tipos de necessidade de recursos, de forma a poder desenvolver os ativos e os mecanismos de mercado adequados.

De forma simplificada, poderíamos classificar as necessidades de recursos em três grandes categorias: a primeira, e que diz respeito mais diretamente aos mercados de créditos de carbono, (tanto de projetos tradicionais regulamentados no âmbito do Protocolo de Quioto, com de projetos de REDD) se refere à necessidade de se monetizarem os créditos de carbono já existentes, oriundos de projetos já implantados, bem como os fluxos futuros de reduções de emissões previstos, tanto de projetos implantados e que continuarão a gerar créditos, como de novos projetos em fase de implantação. A segunda é a captação de recursos para cobrir os fluxos de custos de oportunidade dos projetos de preservação ambiental, que embora não gerem reduções de emissão, no sentido estrito do conceito, necessitam de recursos para sua manutenção. E finalmente, a terceira categoria seria a necessidade de recursos para financiar a implantação de novos investimentos, ou seja, a necessidade de acesso a recursos que tenham custos e prazos de aplicação compatíveis com a rentabilidade e tempo de maturação dos novos projetos.

Nesta seção do trabalho, em que estamos tratando da possibilidade de se criarem links entre o mercado de ativos ambientais e o mercado financeiro e da oportunidade de se desenvolver estes novos mercados no Rio de Janeiro, abordaremos apenas as duas primeiras categorias de necessidade de recursos, e deixaremos a terceira para ser abordada em uma seção específica.



3.1 | O MERCADO DE OPÇÕES COMO LINK ENTRE O MERCADO DE CARBONO E O MERCADO FINANCEIRO

Como dissemos anteriormente, o mercado de carbono atravessa uma fase de indefinição regulamentar que, aliada à crise financeira que atingiu a economia global no final da década passada e reduziu os níveis de atividade econômica dos países desenvolvidos, deprimiu fortemente as cotações em função da retração da demanda.

Nos últimos anos, o único mercado de carbono ativo, pelo lado da demanda, foi o mercado voluntário. Pelo lado da oferta, projetos tradicionais, com metodologias aceitas no âmbito do Protocolo de Quioto, também tiveram seus números reduzidos em função do enfraquecimento do mercado. Os únicos projetos que foram alvos de atenção e suscitaram um esforço regulatório digno de menção foram os projetos de REDD, ou seja, projetos de Reduções de Emissões por Desmatamento Evitado.

O mercado para este tipo de redução de emissão ainda é incipiente, pois tanto domesticamente, quanto no âmbito internacional a sua regulamentação ainda não está totalmente concluída e paira no ar a dúvida sobre a sua aceitação, ou não, como créditos passíveis de serem utilizados para compensação de metas, quando estas forem estabelecidas, segundo se espera, na próxima reunião da ONU em Paris, em dezembro próximo.

Há também a possibilidade de que os créditos oriundos desse tipo de projetos possam ser utilizados para com-

pensações em programas de reduções de emissões estabelecidos por governos subnacionais, e, ainda, existe um número de países doadores de recursos que têm estimulado o desenvolvimento desse tipo de projetos, movidos pela convicção de sua relevância para a preservação das florestas nativas, sobretudo das florestais tropicais.

O Brasil, em função da Floresta Amazônica, é o país que tem o maior potencial de oferta desse tipo de Reduções de Emissões e alguns Estados Amazônicos têm investido expressivos volumes de recursos para preservar suas florestas, como o Estado do Acre que, atualmente, é referência mundial nesse tipo de iniciativa.

A preservação das florestas exige um contínuo dispêndio de recursos para a sua preservação, que vai desde a transformação dos processos produtivos tradicionais, sobretudo no setor agropecuário, ao contínuo monitoramento e controle do desmatamento, o que requer ações preventivas e emergenciais.

Os créditos oriundos desse tipo de projetos constituem a única fonte capaz de gerar um fluxo anual de recursos para cobrir as despesas correntes e a contínua necessidade de investimentos em reposição de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de controle e monitoramento do desmatamento. Além disso, originam-se também dessa fonte os recursos que são utilizados para o pagamento dos serviços ambientais a comunidades que ajudam a preservar as florestas, como as comunidades indígenas e as que vivem de exploração sustentável dos recursos das florestas.

Esses projetos se ressentem da atual fase de transição regulatória e, conseqüentemente, de apatia, por que atravessam os mercados de carbono em geral, pois alguns estados já possuem um expressivo montante de créditos que precisam ser monetizados para assegurar a continuidade dos esforços de preservação das florestas.

Por essa razão, faz todo sentido desenvolver um link entre o mercado de carbono e o mercado financeiro de forma a antecipar recursos que assegurem a continuidade desse tipo de projetos, até que a regulamentação seja estabelecida e o mercado de carbono, por si só, seja capaz de monetizar esses créditos.

A forma tradicional de se antecipar recursos no mercado financeiro é a securitização de recebíveis. E a forma de se criar recebíveis quando não existe mercado à vista no presente, é através da operação de derivativos, ou seja, através da negociação de contratos de liquidação futura.

No caso específico dos mercados de créditos de carbono oriundos de projetos de REDD, em que existem países doadores de recursos interessados em assegurar a continuidade desses projetos, os contratos de opções de venda parecem ser os mais adequados, pois os países doadores, ao invés de doarem recursos em espécie, poderiam doar opções de venda. Com isso, sua capacidade de ajudar esses projetos seria muito ampliada, pois ao assumirem o compromisso de comprarem créditos no futuro, talvez não precisem desembolsar recurso algum, nem no presente e, talvez, nem no futuro, caso o mercado se recupere, como se espera, depois da regulamentação. De fato, caso os proprietários dos créditos encontrem, no mercado, cotações superiores aos preços de exercício, eles preferirão não exercer as opções de venda que os países doadores lhes outorgaram, pois preferirão vender seus créditos à vista, no mercado.

Essas opções de venda, entretanto, até as datas de seus vencimentos (e é possível criar-se uma série de vencimentos futuros para vários anos à frente) constituem recebíveis de excelente nível de risco, e que podem ser facilmente ser descontados no mercado financeiro.

Com isso ter-se-á criado um link entre o mercado de carbono e os mercados financeiros que permitirá antecipar recursos para dar continuidade aos projetos de

REDD, a baixo custo, pois as taxas de juros envolvidas nas operações de antecipação de recursos, com essa qualidade de risco de crédito, deverão ser muito baixas. (O risco, na verdade é o risco soberano de países como a Noruega, a Inglaterra, a Alemanha, etc, que hoje são países doadores de recursos para esse tipo de projeto).

Esse link, na verdade, nada mais é do que a criação de novos ativos financeiros (bonds, notes, fundos de recebíveis, etc) lastreados em derivativos de carbono (contratos de Opções de Venda) que poderão ser oferecidos tanto no mercado doméstico, como no mercado internacional. A colocação desses papéis no mercado financeiro, inclusive, pode ser realizada através de leilões, onde o vencedor será aquele que oferecer a menor taxa de juros.

O mercado de Opções de Compra, por sua vez, também pode atender as atuais necessidades do mercado, tanto de empresas estrangeiras como de empresas domésticas, ou até mesmo de fundos de investimento de caráter especulativo, que têm manifestado o interesse em assumir posições defensivas ou puramente compradoras, em função da possibilidade de que, no futuro, o mercado apresente significativa elevação nas cotações.

Esses contratos também podem ser leiloados ou vendidos em Bolsa e a receita com as vendas provirá, num primeiro momento, do preço das opções (prêmio) e, num segundo, do pagamento do preço de exercício da opção. Como a soma desses dois valores deve ser maior do que o preço que se obteria hoje, à vista, por esses créditos de carbono, em função da atual situação do mercado, o mercado de opções de compra permite não só que empresas emissoras possam se proteger de uma alta futura das cotações, mas também permite, aos proprietários atuais desses créditos, auferirem uma receita maior do que a que obteriam caso decidissem vender seus créditos, hoje, à vista.

Da mesma forma que o mercado de Opções, contratos a Termo também permitem a celebração de contratos de compra e venda para liquidação futura e são também passíveis de serem utilizados para construção de fluxos de recebíveis. A dificuldade com esses contratos é que para proteger os proprietários atuais dos créditos (os Estados Subnacionais), ter-se-ia que escolher preços de referência para liquidação futura, uma vez que na ausência de um mercado ativo à vista o preço a termo fica indeterminado, pois, por definição, o preço a termo é igual ao preço à vista vezes um fator que representa a taxa de juros no período de vigência do contrato.

Esses três tipos de contrato (Opções de Venda, Opções de Compra e Contratos a Termo) constituem a maneira mais eficiente de se criarem derivativos de créditos de carbono adequados à construção de ativos financeiros que sirvam de link entre o mercado de carbono e o mercado financeiro nesta conjuntura de incerteza. E o Rio de Janeiro, em função de seu invejável “currículo” de eventos internacionais ligados a questões ambientais, por ter uma abundante oferta de instituições financeiras de elevado nível de sofisticação e principalmente por ter sido pioneiro na implantação de uma Bolsa de Ativos Ambientais, a BVRio, apresenta todas as vantagens comparativas para se constituir na sede desses novos mercados.

3.2 | O MERCADO DE COTAS DE RESERVA AMBIENTAL

O Rio de Janeiro também foi pioneiro no lançamento de uma plataforma para comercialização de CRAS' - Cotas de Reserva Ambiental - através da BVrio. As cotas são títulos pertencentes a proprietários de imóveis rurais que possuem excesso de reserva legal e que podem ser utilizados para compensar déficits em outros imóveis. Segundo o Novo Código Florestal, toda propriedade rural precisa, dependendo do bioma onde se localiza, manter certos percentuais de vegetação nativa. Aquelas com áreas excedentes de floresta podem comercializá-las com os proprietários que não têm reserva suficiente.

Esse mercado é extremamente relevante, pois resolve o problema de remuneração do custo de oportunidade da terra que voluntariamente é mantida com cobertura vegetal, em excesso ao mínimo exigido pela legislação ambiental.

A BVRio já possui um volume expressivo de hectares (cotas) passíveis de serem comercializados, mas o mercado ainda se ressentir da falta de procura, em função da lenta implementação da regulamentação existente e da conseqüente falta de fiscalização e penalização aos proprietários que desflorestaram além do permitido por lei.

Espera-se que esta fiscalização e o cumprimento da legislação sejam agilizados com a implantação do Cadastro Ambiental Rural, que reduzirá o custo de fiscalização do desmatamento através do uso de imagens de satélite.

Este promissor mercado constitui mais um exemplo da importância da regulamentação e de sua efetiva implan-

tação e cobrança como forma de gerar liquidez para os ativos ambientais. Porém, a exemplo do que vem ocorrendo nos mercados de carbono, que também se encontra em uma fase transitória por falta de regulamentação, o mercado de CRA's também poderá iniciar imediatamente suas operações se forem criados links com o mercado financeiro.

Aliás, esta é uma das funções mais importantes dos mercados financeiros: aplicar recursos, no presente, em ativos que sirvam para financiar atividades que deverão gerar retorno no futuro. No caso do mercado de CRA's, uma demanda transitória, exercida por fundos de investimento, poderá ajudar a fornecer recursos para os proprietários rurais que preservam suas florestas além dos percentuais exigidos por lei, até que a regulamentação seja de fato implantada e os fundos possam realizar seus lucros, vendendo suas cotas, ou os próprios ativos, para os tomadores finais, ou seja, para os proprietários rurais que desmataram suas propriedades além dos limites estabelecidos.

O Rio de Janeiro, como dissemos, possui inúmeras instituições especializadas em gerir fundos de investimento e, neste caso, este novo tipo de fundo é extremamente adequado para ser implantado em uma cidade que tem vocação natural para ser o centro de um mercado financeiro internacional, especializado em ativos ambientais, pois este tipo de fundo poderá ser bastante atrativo para certos nichos de capital estrangeiro que buscam boas perspectivas de rentabilidade com pegada ecológica.


04

O RIO DE JANEIRO

CENTRO DE UM NOVO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL COMPLEMENTAR

Como dissemos antes, mesmo quando funcionando plenamente, os mercados de carbono não foram concebidos para fornecer, em montantes suficientes, a enorme quantidade de recursos que se faz necessária para financiar a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável em escala global. Eles podem ampliar a rentabilidade dos projetos sustentáveis, tornando-os mais atrativos, mas não fornecem o capital principal que precisa ser investido. Esses recursos têm que se originar do mercado de capitais e do mercado financeiro.

O Protocolo de Quioto, ao estabelecer o princípio das “Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas”, ao impor metas de redução apenas aos países desenvolvidos e ao permitir que estes países pudessem adquirir créditos de carbono oriundos de projetos que viessem a ser implantados nos países em desenvolvimento, tentou criar um estímulo para que fluxos de capitais se deslocassem dos países desenvolvidos e fossem aplicados nos países em desenvolvimento. Esperava-se que, por apresentarem um custo marginal de redução de emissões menor, em função do menor conteúdo tecnológico de seus processos produtivos, seria mais atrativo implantar projetos sustentáveis nos países em desenvolvimento, pois seria mais fácil gerar créditos de carbono a baixo custo.



Porém, esse efeito não foi observado, nem mesmo durante o período em que o mercado de carbono funcionou adequadamente. Na prática, o que se observou, foi que os projetos sustentáveis que foram implantados nos países em desenvolvimento se originaram de esforços financeiros locais e não por uma migração maciça de fluxos de capital, capaz de redistribuir globalmente o processo de desenvolvimento e transformar os processos produtivos.

As discussões sobre o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como as que tiveram lugar no Rio de Janeiro durante a realização da Rio+20, e que resultaram em uma lista enorme de objetivos, dão uma Idéia da magnitude do volume de investimentos que será preciso realizar para reverter o processo de concentração dos gases do efeito estufa na atmosfera, despoluir os rios e os oceanos, recompor e preservar as florestas tropicais, sem falar na necessidade de substituição da matriz energética, reurbanização das cidades, tratamento e disposição dos resíduos, suprimento de água potável, saneamento etc.

As necessidades de investimento para satisfazer apenas os itens acima listados, em nível global, se medem na escala de trilhões de dólares o que gera uma pergunta que até hoje não quer calar: como financiar tais objetivos?

As discussões sobre os ODS são muito importantes, pois ao identificar os inúmeros problemas que temos que resolver, servem para orientar as prioridades para o desenvolvimento das tecnologias e programas que ajudarão a solucionar as diversas questões ambientais, econômicas e sociais. Nesse sentido a lista abrangente de objetivos, como a do ODS, é louvável. Mas sempre restará a pergunta: como financiar todas essas frentes de trabalho?

Na verdade, a implantação de uma nova economia ambientalmente sustentável, mais justa socialmente, e mais bem distribuída em nível global, se assemelha à concepção de um novo organismo vivo, onde a construção de um aparelho circulatório independente – o seu próprio mercado financeiro – é fundamental, não só para a sua sobrevivência, mas também para o crescimento harmonioso de seus diversos órgãos e membros.

Por essa razão, mesmo que sejamos capazes de listar todos os pontos obscuros das esferas sociais, ambientais e econômicas, sempre faltará o seu centro, o coração, do sistema. Em uma economia, esse coração é o mercado financeiro, a partir do qual circula a energia que tudo permeia. E o sangue do mercado financeiro se chama MOEDA.

Com efeito, muitas dos problemas que as discussões atribuem ao “capitalismo”, são, na verdade, decorrentes dos canais questionáveis através dos quais se processa a injeção primária de moeda. Os estrangulamentos dos balanços de pagamentos gerados por crises de liquidez; a miséria, resultante da falta de investimentos tanto em capital físico como em capital humano; a concentração excessiva da renda, que está por trás das convulsões sociais, enfim, todos esses problemas poderiam ser substancialmente mitigados se uma maior atenção fosse dada aos critérios de emissão e aos canais de expansão monetária.

A moeda tem o estranho poder de gerar renda por onde circula. Tal como um foco de luz no centro de um círculo, ela se propaga em todas as direções até atingir todos os pontos da circunferência, gerando renda e prosperidade.

Os pontos de estrangulamento de liquidez ou de excessiva concentração não são decorrentes de nenhuma ideologia. São equívocos, que têm sua origem no desenho da própria fonte de emissão e na arquitetura dos canais de irrigação da moeda.

Nas primeiras seções deste trabalho foram propostas várias idéias que ressaltavam a importância de se estabelecerem links entre o mercado de carbono e os mercados financeiros tradicionais. Porém, como foi dito nos parágrafos anteriores, a magnitude da tarefa não é passível de ser solucionada apenas com esses expedientes. Torna-se imprescindível também a criação de um Novo Sistema Financeiro Complementar, especificamente voltado para o financiamento de projetos sustentáveis, capaz de fornecer recursos em escala compatível com o tamanho do problema que tem que ser solucionado.

Nesta parte final deste trabalho, em que estamos discutindo a oportunidade de relançar o Rio de Janeiro como um Centro Financeiro Internacional, seria interessante estimular debates que visem repensar inovações para o Sistema Financeiro Internacional. Uma proposta², apresentada durante a Rio+20, sugeria uma iniciativa complementar ao Sistema vigente,

²GIBBON, V. “Real Green”, Editora Câmara Books, 2012.

baseado na criação de uma Nova Moeda, lastreada nos títulos da dívida pública americana, que hoje compõem parte das reservas internacionais dos países emergentes.

A Ideia ressalta que não é preciso realizar nenhum cateterismo econômico para se diagnosticar o tamanho do coágulo que representa a dívida pública americana. A proposta indica que dezoito trilhões de dólares é uma quantidade de recursos que, estagnada, certamente mata. Mas, posta gradualmente em circulação, é, sem dúvida, capaz de gerar impactos positivos em larga escala e em setores alternativos com dificuldade de acesso no mercado tradicional. Entretanto, raramente se vê no debate econômico uma análise objetiva das consequências, em termos de economia global, de uma esterilização de recursos dessa magnitude. Os títulos da dívida pública americana constituem a principal forma de aplicação financeira (até agora consideradas de baixo risco) das poupanças mundiais.

Porém, o gigantismo dessa dívida e a esterilização de seus títulos no ativo dos bancos e dos fundos de investimentos e nas reservas internacionais de grande parte das economias acabaram por bloquear a recirculação desses recursos, constituindo um verdadeiro coágulo que reduz drasticamente a capacidade de realização de investimentos produtivos.

Uma Nova Moeda, que tenha sua emissão exclusivamente voltada para a concessão de financiamentos destinados a viabilizar a implantação de projetos sustentáveis nos países pobres e em desenvolvimento, não rompe nem prejudica a atual estrutura financeira mundial. Ao contrário, complementa o Sistema Financeiro atualmente vigente, que não tem sido capaz de canalizar recursos em escala proporcional à magnitude da tarefa que temos pela frente, se queremos continuar a habitar este Planeta.

Para a emissão da Nova Moeda, são sugeridos os critérios de sustentabilidade que deveriam nortear os projetos a serem por ela financiados, e até mesmo a estrutura institucional e de governança que deveria ser criada para controlar o novo sistema.

Nesse sentido, a proposta sugere que a Nova Moeda seja inicialmente emitida por um organismo que aproveite as características e capacitações de Instituições já existentes, como forma de agilizar seu processo de implantação e de evitar a necessidade de constituição de mais uma pesada estrutura burocrática.

No momento em que se discute a viabilidade de relançar o Rio de Janeiro como centro de um Novo Sistema Financeiro Internacional, voltado para o financiamento de projetos sustentáveis, cabe mencionar que o Rio de Janeiro continua sendo a sede do BNDES, instituição dotada de excelente quadro técnico especializado na análise de propostas de financiamento de novos projetos e que poderia assumir a gestão do novo organismo, pelo menos em sua fase inicial, durante a qual a proposta sugere a implantação de um projeto piloto, como forma de demonstrar a sua viabilidade e atrair a atenção dos parceiros internacionais que, num segundo instante, seriam convidados para integrar o novo organismo.

A atração dos parceiros internacionais se daria, segundo a proposta, em etapas, na qual, a primeira seria convidar apenas os cotistas do IBAS (constituído por apenas três países, Índia Brasil e África do Sul), como forma de agilizar a sua operacionalidade, pois nada impede que, em futuro não muito distante, na medida em que haja maior oferta de projetos, se permita a entrada, no organismo, de outros países que também possuam reservas em títulos americanos. A primeira expansão natural do número de membros se daria preferencialmente com a admissão dos outros dois países que, junto com o Brasil, a Índia e a África do Sul, compõem o grupo dos BRICS que, aliás, já possui um banco de desenvolvimento criado com a mesma finalidade, mas que ainda não encontrou uma forma de capitalização que lhe confira um porte proporcional à tarefa para a qual foi criado.

Contudo, é muito importante pontuar a importância de o Fundo incorporar um número cada vez maior de membros, inclusive membros da OCDE, pois o objetivo é criar um novo organismo concebido para apoiar financeiramente a implantação de uma Nova Economia Sustentável, em termos globais, em que a participação de cada país se dê de forma proporcional a seu esforço de poupança (expresso pelo montante de reservas que possui) e não mais um órgão controlado por grupos de pretensões hegemônicas.

A proposição, portanto, que o Rio desenvolva projetos pilotos que demonstrem a viabilidade desse novo mecanismo de financiamento de projetos sustentáveis parece fazer todo sentido e a sua proximidade com o mar, que é o elo que nos une com o resto do mundo, pode servir de fonte de inspiração. Com efeito, um dos mais graves problemas que nossa cidade deverá enfrentar em futuro próximo é a crise de abastecimento de água.

O Governo do Estado do Rio já anunciou sua preocupação com o tema e, segundo consta, tem analisado a possibilidade de implantar uma usina de dessalinização da água do mar. Este processo não apresenta problemas de ordem tecnológica, pois já foi implantado em diversas partes do mundo. Fica aqui a sugestão de testar o novo modelo de financiamento como forma de viabilizá-lo.

Por outro lado, o Rio de Janeiro apresenta também, em função de sua privilegiada situação geográfica, todas as vantagens comparativas para se tornar, juntamente com Nova Iorque, Washington, São Francisco, Miami, Chicago e Londres mais um centro de conectividade global de fibras óticas. Projeto nesse sentido, denominado NAP –Network Access Point- já foi apresentado e aprovado por unanimidade pela Assembléia Legislativa e pela Prefeitura do Rio de Janeiro que chegou, inclusive, a fazer a concessão de um terreno, na década de 90, e que continua à espera de sua implantação, desde que a crise mundial, que eclodiu em 1999, adiou o início do empreendimento. A idéia de relançar o Rio como centro de um Novo Sistema Financeiro Internacional Complementar lança uma nova luz sobre essa iniciativa, pois a necessidade de um poderoso sistema de conectividade global parece ser imprescindível para uma cidade que tem a vocação internacional do Rio de Janeiro. Fica aqui, para debate, mais uma a sugestão de um interessante projeto piloto.

Finalmente, apesar do destaque dado ao Rio de Janeiro, nessa proposta entende-se a importância da relação entre a cidade do Rio e o governo federal. De fato, grande parte das questões ligadas à abertura econômica e financeira discutidas aqui dependem de alinhamento com as políticas da União. Nesse sentido, o Rio poderia funcionar como um projeto piloto de abertura que pudesse ser usado para impactar positivamente nas demais cidades brasileiras.

CONCLUSÕES

O Rio de Janeiro, ao contrário do que ocorreu na década de oitenta, parece apresentar, plenas condições para sediar um Centro Financeiro Internacional voltado para a canalização de recursos que viabilizem a implantação de uma nova economia baseada em projetos sustentáveis.

De fato, por um lado, as grandes obras de infra-estrutura urbana, e os investimentos associados à implantação do novo pólo petrolífero têm assegurado um nível de atividade capaz de atrair, mesmo durante a atual fase de ajuste conjuntural, um sofisticado setor de serviços financeiros, como o de resseguros, que deverá ainda se beneficiar do processo de abertura do setor ao capital estrangeiro. O caso dos resseguros é de fato paradigmático, pois seu processo de abertura recente o tem posicionado com um exemplo positivo desse movimento, ao expor o setor à melhorias técnicas e a ganhos de eficiência que tendem a acompanhar o aumento da competitividade.

Por outro, a presença de sofisticadas instituições financeiras e o pioneirismo da Bolsa de Valores Ambientais BVRio, constituem um ambiente altamente propício ao desenvolvimento do tão procurado link entre os mercados de ativos ambientais e o mercado financeiro tradicional, capaz de prover liquidez a um estoque expressivo de ativos que, na atual fase, se ressentem das incertezas regulatórias dos mercados de carbono.

Finalmente, em função de sua privilegiada situação geográfica, e beleza natural que o transformaram na sede das principais Conferências Internacionais sobre Mudanças Climáticas e proteção ambiental, o Rio de Janeiro apresenta todas as condições, além de abrigar a sede do BNDES, para se constituir no centro de um Novo Mercado Financeiro Internacional Complementar, nos moldes da idéia citada neste trabalho e que foi

apresentada por ocasião da Rio + 20. De fato, a magnitude dos problemas ambientais que afligem atualmente o Planeta exige uma solução que transcende a capacidade dos mecanismos financeiros tradicionais.

A exemplo do Plano Marshall, quando o dólar, lastreado em ouro, transformou-se na moeda que viabilizou a reconstrução de uma Europa destruída pela guerra, a criação de uma nova moeda, voltada para o financiamento de projetos sustentáveis, lastreada em títulos da dívida pública americana, poderá também ajudar na reconstrução da economia global, ameaçada pela pobreza e prestes a ser destruída pelas mudanças climáticas.

O Rio de Janeiro, nesse sentido, tem todas as condições para sediar, conforme sugerido acima, projetos pilotos com essa nova modalidade de financiamento, com o objetivo de mostrar a viabilidade do novo mecanismo dando, assim, início à implantação de um Novo Sistema Financeiro Internacional Complementar, sem o qual os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, listados na Rio+20, continuarão a ser apenas uma lista de prioridades à procura de recursos para o seu financiamento.

A intensa crise política e econômica pelo qual passa o país tornará o processo decisório, no mínimo, nebuloso, o que reduz as chances de grandes reformas estruturais avançarem nos próximos anos. Entretanto, o início de um processo mais profundo de mudança do modelo econômico do país começa a ser percebido. A decisão recente de corrigir políticas que levaram a distorções, por exemplo, podem ser interpretadas como o primeiro passo desse processo.

A história recente do Brasil mostra que é nesses momentos de crise que mudanças paradigmáticas ocorrem. Estamos vivendo esse momento agora.

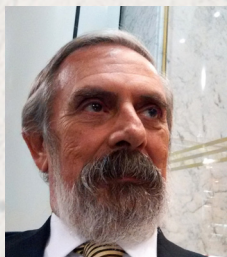
SOBRE O CEBRI

Criado em 1998, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um think tank que tem por objetivo desenvolver conhecimento e promover o debate sobre temas das relações internacionais, oferecendo subsídios para a definição de políticas públicas. Busca também fomentar o diálogo entre diferentes atores, públicos e privados, visando melhor entendimento da agenda internacional, bem como a inserção do Brasil no cenário global. Localizado no Rio de Janeiro, o CEBRI foi concebido por um grupo de diplomatas, empresários, acadêmicos e possui uma estrutura independente, multidisciplinar e apartidária.

De acordo com a pesquisa Global Go to Think Tanks, conduzida pela Universidade da Pensilvânia, o CEBRI tem sido relacionado entre os mais relevantes think tanks do mundo, estando presente em mais rankings do que qualquer outro instituto brasileiro, destacando-se por sua capacidade de congrega prestigiados especialistas em relações internacionais. O CEBRI é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Seu Estatuto Social prevê transparência em todas as suas atividades.

Mais em **CEBRI.ORG**

SOBRE O AUTOR



Virgílio Gibbon é Doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas.

EXPEDIENTE

Barbara Brant
Jonathan Fernandes
Leonardo Paz

**PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO**

Jonathan Fernandes

FOTOS

UN Multimedia